



COLETIVO NACIONAL DOS ELETRICITÁRIOS

Brasília-DF 18 de setembro de 2019

CNE SE REÚNE COM PRESIDENTE DA CÂMARA E EXPÕE RISCOS DA PRIVATIZAÇÃO

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), em mais uma semana de luta na defesa da Eletrobras pública, esteve em Brasília para dar continuidade às articulações políticas no Congresso Nacional. Foram realizadas diversas reuniões com deputados e senadores que se comprometeram a fortalecer o debate contra a privatização da empresa.

Na terça-feira (18), representantes do CNE e parlamentares participaram de uma importante reunião com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, onde foi solicitado que após o envio da proposta do governo sobre

a privatização da Eletrobras o tema seja amplamente discutido nas comissões da Câmara.

Maia garantiu que a proposta será avaliada por Comissão Especial e submetida a amplo debate. Ele afirmou ainda que não colocará em prática a votação para regime de urgência da proposição.

Na próxima semana o CNE volta a se reunir em Brasília para prosseguir com as discussões em defesa da Eletrobras e suas subsidiárias.

TST VAI FORMALIZAR PROPOSTA AO ACT 2019

Paralelamente à luta contra a privatização do sistema Eletrobras, dirigentes sindicais compareçam a mais uma reunião no Tribunal Superior do Trabalho (TST) para buscarem uma solução à negociação do Acordo Coletivo de Trabalho da categoria, iniciada em maio. Cabe destacar que a pauta dos eletricitários foi entregue para a direção da empresa no mês de março.

Desde então, o CNE está empenhado para fechar um acordo que permita a manutenção das cláusulas do ACT e garanta os empregos da categoria. No entanto, após várias tentativas de retiradas de direitos por

parte da empresa, chegou-se ao esgotamento das negociações em mesa. Com isso, a categoria deliberou em assembleia que as entidades sindicais recorressem ao TST para uma conciliação.

Com base na deliberação dos trabalhadores, o CNE ao se reunir com o ministro do TST expôs toda a situação decorrente do processo negocial. Após a realização de reuniões uni e bilaterais, na tarde da terça-feira, o Tribunal manifestou a conclusão da proposta que será entregue oficialmente ao CNE até o dia 20 de setembro.

No entanto, foi informado que os termos

da proposição, que já haviam sido discutidos anteriormente, foram mantidos. Desta forma, estão mantidas todas as cláusulas sociais dos acordos específicos até maio de 2020. Além disso, a empresa ofereceu reajuste de 70% do INPC para todas as cláusulas econômicas, aproximadamente 3,5%, retroativo ao mês de maio.

A proposta do TST altera a cláusula 7ª do ACT para a seguinte redação:

-A redação atual permanecerá vigente até o dia 31/12/2019;

-Do dia 01/01/2020 até o dia 30/04/2020 passará a contar com redação que limite as restrições atualmente existentes ao universo de 12.500 empregados;

-Do dia 1º/5/2020 até o dia 30/04/2021 passará a contar com redação que limite as

restrições atualmente existentes ao universo de 12.088 empregados.

O CNE contestou a alteração e propôs a retirada do reajuste em contrapartida à manutenção da cláusula sétima, em que foi ignorada pela direção da Eletrobras e rechaçada veementemente pelo governo. Ainda para garantir o emprego dos trabalhadores e trabalhadoras, dirigentes sindicais propuseram a aplicação do teto constitucional para as remunerações e redução nas gratificações gerenciais.

Após o recebimento oficial da proposta do TST, as entidades sindicais convocarão assembleias para apreciação e deliberação do termo, que deverão ocorrer de 25 até o dia 2 de outubro.

CALENDÁRIO CNE

Data	Atividade
De 25 de setembro a 2 de outubro	Deliberação da proposta do TST
3 de outubro	Ato em defesa da soberania nacional e contra as privatizações Rio de Janeiro
18 de outubro	Ato em defesa da soberania nacional e contra as privatizações Recife